



Anais da Assembléia

Nº 082

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 01ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 1991.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Neivo Beraldin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 45/91

Curitiba, 28 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, para atender

despesas de manutenção, transferência a municípios, subvenções sociais e transporte aéreo.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são provenientes da Administração Geral do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990 e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da Administração Geral do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEFA, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (TABELA PÁGINA 02)

MENSAGEM 46/91

Curitiba, 28 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), conforme especifica detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR Cr\$1,00
Secretaria de Estado da Educação para atender despesas com o pagamento de professores municipais à disposição da rede de ensino estadual	Cr\$ 3.000.000.000,00

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BAIEP no valor de Cr\$ 2.671.093.000,00 (dois bilhões seiscentos e setenta e um milhões e noventa e três mil cruzeiros), e da Admi-

TABELA REFERENTE À MENSAGEM N° 45/91

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
2901	GABINETE DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL					
2214	ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE SECRETÁRIO - CASA CIVIL	3120.00	00	L 10.000	0211	
		3132.00	00	L 20.000	0211	
2215	ATENDIMENTO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS, EDUCATIVAS E CULTURAIS	3223.01	00	L 55.000	0211	
		3223.02	00	L 80.000	0211	
		3231.00	00	L 25.000	0211	
		4323.00	00	L 20.000	0211	
		4331.00	00	L 20.000	0211	
0903	DIRETORIA GERAL - CASA CIVIL					
2218	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMA- TICA DA CASA CIVIL	3120.00	00	L 15.000	0211	
		3132.00	00	L 28.500	0211	
2275	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - CASA CIVIL	3132.00	00	L 20.000	0211	
0904	SUBCHEFIA DO CERIMONIAL					
2219	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CERIMONIAL	3120.00	00	L 7.000	0211	
		3132.00	00	L 3.000	0211	
0905	CASA MILITAR					
2220	ASSESSORAMENTO MILITAR AO GOVERNADOR	3120.00	00	L 12.000	0211	
		3132.00	00	L 8.000	0211	
2221	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO	3120.00	00	L 10.000	0211	
		3132.00	00	L 15.000	0211	
0906	GABINETE DO VICE GOVERNADOR					
2222	ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	3120.00	00	L 500	0211	
		3132.00	00	L 1.000	0211	
		TOTAL		350.000		

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2500	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTA- DO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFA					
2501	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					
1109	PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4313.00	20	L 350.000	0211	
		TOTAL		350.000		

À Diretoria Legislativa.

nistração-Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA no valor de Cr\$ 328.907.000,00 (trezentos e vinte e oito milhões, novecentos e sete mil cruzeiros).

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, para pagamento de professores municipais à disposição da Rede Estadual de Ensino e, simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado,

Conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o cancelamento de dotações no valor de Cr\$ 2.671.093.000,00 (dois bilhões, seiscentos e setenta e um milhões, noventa e três mil cruzeiros), da Secretaria de Estado da Fazenda e no valor de Cr\$ 328.907.000,00 (trezentos e vinte e oito milhões, novecentos e sete mil cruzeiros), da Administração Geral do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEFA, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterada a Programação Orçamentária Global do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP aprovada pela Lei Estadual nº 9.494, de 21.12.1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

CANCELAMENTO		ANEXO III		FL.02	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	N. DO PROC.	COP
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS				
2459	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - BADEP				
2806	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO BADEP				
		4270.00	20 L	2.671.093	0254
		TOTAL		2.671.093	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	N. DO PROC.	COP
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO				
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO				
2123	APOIO A DEMANDA ESCOLAR				
		3223.00	00 L	3.000.000	0254
		TOTAL		3.000.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D R	N. DO PROC.	COP
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA				
2302	GABINETE DO SECRETÁRIO - ENTIDADES VINCULADAS				
2704	APOIO FINANCEIRO AOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO - BADEP				
2500	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFA				
2501	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO				
1109	PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
		4262.00	20 L	2.671.093	0254
		4313.00	20 L	328.907	0254
		TOTAL		3.000.000	

MENSAGEM 47/91

Curitiba, 28 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência, para, nos termos do § 4º, inciso II, do art. 61, da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, no período compreendido entre 02 e 12 de julho próximo, para o fim especial de apreciar as matérias de relevante interesse público, constantes das Mensagens nºs 162/90, 023/91, 025/91 (adiadas pela 38/91), 031/91, 034/91, 035/91, 036/91, 037/91, 039/91, 040/91, 041/91, 042/91, 043/91, 044/91, e 046/91, além de outras a serem eventualmente encaminhadas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/nº 169/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 063/91, por julgá-lo inconstitucional em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/nº 168, 170, 171, 172, 173 e 174/91 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs: Anote-se - Arquivase.

164/91: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que denomina "Rodovia Deputado BRANCO MENDES", o trecho da Rodovia PR-463, que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.628. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

233/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 225.395.000,00 aos orçamentos próprios das Fundações que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.629. Ao conhecimento da Casa.

214/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.630. Ao conhecimento da Casa.

222/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 129.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.631. Ao conhecimento da Casa.

235/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme especifica, o

qual convertido em Lei tomou o nº 9.632. Ao conhecimento da Casa.

236/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.907.000,00 aos orçamentos da Biblioteca Pública do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.633. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam colocados em Regime de Urgência os seguintes Projetos de Lei:

nº 285/91 - Súmula: Aprova crédito suplementar de 350 milhões do orçamento da Chefia do Poder Executivo;

nº 284/91 - Súmula: Crédito suplementar de 3 bilhões ao orçamento da SEED, para pagamento de professores conveniados.

Sala das Sessões, em 02.07.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas Regimentais e,

CONSIDERANDO a difícil situação econômica que atravessa o nosso País e consequentemente o nosso Estado;

CONSIDERANDO que o Estado do Paraná não concedeu nenhum reajuste salarial aos Servidores Públicos Estaduais com data-base em Junho deste ano;

CONSIDERANDO que há várias categorias de Servidores do Estado em greve por insatisfação salarial com seus salários defasados,

REQUEREM, após manifestação do Plenário, o não pagamento, por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da Ajuda de Custo a que teriam direito os Deputados desta Casa, conforme preceitua o Artigo 62, do Regimento Interno, por força da convocação do Exmo. Sr. Governador do Estado, para que esta Assembléia Legislativa funcione em Período Extraordinário, entre os dias 02 e 12 de julho de 1991, conforme Mensagem Governamental de nº 47/91.

Sala das Sessões, em 02.06.91

(aa) ERNANI PUDELL.

DR. ROSINHA.

OVÍDIO CONSTANTINO.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem).

É só para comunicar à Assembléia que com alegria vejo que o período extraordinário não se reporta apenas à discussão da Lei de transformação de autarquias e fun-

dações. São dez suplementações de verbas, inclusive uma para, de crédito suplementar, para possibilitar o transporte aéreo da governadoria, uma lei estadual de meio ambiente, uma lei que institui o regime fiscal das microempresas, uma lei que cria cargos no Quadro Próprio do Magistério, uma lei que modifica a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e uma benéfica lei de reajuste de 66% na tabela de servidores da FASPAR.

De maneira que lamento as declarações do Sr. Governador atribuindo esta convocação da Assembléia a uma conspiração "greco-petista". Declarações estas dadas ao jornal "Correio de Notícias" e ao jornal "Folha de Londrina".

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 31/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões e cinquenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494 de 21/12/90, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n° 71, de 18.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 249/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 031/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões e cinquenta e sete mil cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 27.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
JOSÉ TAVARES - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 269/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 36/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494 de 21/12/90, destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme Anexo I desta Lei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n° 78, de 26.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 269/91

PARECER:

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo n° 036/91, o Projeto de Lei n° 269/91 objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de trinta e oito milhões de cruzeiros, ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Examinando os aspectos a que esta douta Comissão é chamada a opinar, entendemos que a matéria encontra-se elencada entre as da competência privativa do Chefe do Poder Executivo e, portanto, não havendo óbices de natureza constitucional ou legal, damos nosso parecer FAVORÁVEL à tramitação da matéria, até sua posterior deliberação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
JOSÉ TAVARES - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 35/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria da Cultura, para o desenvolvimento de produções artísticas a serem realizadas pela Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no D.A. n° 78 de 26.06.91 - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Protocolo n° 5985/91

Projeto de Lei n° 272/91

Súmula: Aprova crédito suplementar para a Fundação Teatro Guaíra.

Autor: Poder Executivo

Mensagem n° 35/91

PARECER

Trata-se de mensagem do Senhor Governador Roberto Requião, que solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, para o desenvolvimento de produções artísticas a serem realizadas pela Fundação Teatro Guaíra e simultaneamente fica procedida a conversão da Fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a Fonte 00 - Ordinário Não Vinculado.

A cobertura deste crédito suplementar foi obtida no valor de Cr\$ 129.378.000,00 no Superavit Financeiro apurado no balanço Geral do Estado em 1990 e Cr\$ 170.622.000,00 no cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Mensagem altera o orçamento Global do Banco de Desenvolvimento do Paraná - Badep.

São anexados os quadros contábeis necessários.

Opinamos favoravelmente a aprovação desta Mensagem e consequente Projeto de Lei, pois em nada fere quaisquer dispositivos legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator.

Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Esta discussão refere-se mais à nossa preocupação em ver um volume de recursos tão grande, da ordem de trezentos milhões de cruzeiros, a ser investido em atividades realizadas pela Fundação Teatro Guaíra.

Sabemos da situação de penúria do Tesouro Estadual e a menos que hajam fortes razões, entendemos que é inconveniente tal aprovação, de um crédito tão elevado para manter atividades na Fundação Teatro Guaíra que, via de regra, são atividades frequentadas pela elite.

Não que sejamos contra, mas neste quadro de penúria do Tesouro Estadual, entendemos que um volume tão grande de recursos deveria aguardar uma época mais oportuna, uma época em que o Tesouro do Estado tivesse melhores condições para aplicar recursos em atividades que, no nosso entendimento, não coadunam com as prioridades sociais que o Paraná tanto exige.

Neste sentido provocamos a liderança governista para que se manifeste a respeito e nos diga das razões. Justifique o

porque a Fundação Teatro Guaíra recebe uma verba tão volumosa de trezentos milhões de cruzeiros ainda mais nesse momento em que assistimos, por exemplo, aos funcionários do Instituto de Terras e Cartografia receberem salários de fome. Têm que fazer campanhas de arrecadação de alimentos para poderem sobreviver. E nós sabemos perfeitamente que esse crédito poderia solucionar praticamente em definitivo a problemática da folha de pagamento do ITCF e eu diria até também do IAPAR, traria um enorme alento, porque são instituições no nosso entendimento muito importante que inclusive o Governo do Estado tem programas específicos para essas instituições e nós não estamos vendo atendidos os reclamos justos e os anseios desses trabalhadores. Então, provooco a liderança do Governo para que nos convença da oportunidade de nós votarmos essa proposta de suplementação de trezentos milhões ao Teatro Guaíra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação. Os Senhores Deputados que aprovam a Mensagem queiram levantar-se. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 274/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 44/91, que aprova um crédito suplementar, ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação aprovado pela Lei Estadual n° 9.494 de 21.12.90, no valor de 7.831.781.000,00 (sete bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para atender à programação da Secretaria no que refere à continuidade das ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1° Grau no Estado, conforme Anexo I desta Lei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79 de 27.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 274/91

P A R E C E R :

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 44/91, tem por objetivo aprovar um crédito suplementar, ao orçamento da Secretaria da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 7.831.781.000,00 (sete bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para atender à programação da Secretaria no que se refere à continuidade das ações voltadas ao atendimento do ensino de 1° Grau no Estado, conforme anexo I desta Lei.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

DURVAL AMARAL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 277/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 41/91, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 1.751.262.000,00 (hum bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos orçamentos do Instituto de Previdência e Assistência do Estado do Paraná - IPE e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79 de 27.06.91 - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo: n° 6327/91

Projeto de lei n° 277/91

Súmula: Aprova crédito suplementar ao IPE e Departamento de Imprensa Oficial.

Autor: Poder Executivo

Mensagem n° 41/91

PARECER:

Pela Mensagem de n° 41/91, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado submete a apreciação desta Casa de Leis, o Projeto de Lei concedendo crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.751.262.000,00 (hum bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões e duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos orçamentos próprios do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE.

A Mensagem detalha a aplicação destes valores acima, sendo CR\$ 1.541.810.000,00 para o IPE e Cr\$ 209.452.000,00 para o DIOE, além de mencionar que servirá como recurso para a cobertura do crédito ora suplementado, CR\$ 266.262.000,00 provenientes de Superavit Financeiro apurado nos balanços patrimoniais das Entidades, no exercício de 1990 e Cr\$ 1.485.000.000,00 de cancelamento de dotação do próprio IPE. Fez anexar os quadros contábeis necessários.

A Mensagem não contraria qualquer dispositivo legal existente, e ao nosso ver, deve merecer aprovação e conseqüente encaminhamento regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 278/91, de autoria do Poder Executivo-

Mensagem n° 40/91, que aprova crédito suplementar aos vigentes Orçamentos Próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21.12.90, no montante de CR\$ 101.041.000,00 (cento e um milhões, quarenta e um mil cruzeiros), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79, de 27.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 278/91

PARECER:

AUTOR: PODER EXECUTIVO

O Poder Executivo apresenta Mensagem de n° 40/91, que visa aprovar um crédito suplementar aos vigentes Orçamentos Próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21.12.90, no montante de Cr\$ 101.042.000,00, conforme especifica.

II - Procedida a análise da matéria o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 279/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 39/91, que reajusta em 66% a tabela dos Salários dos Servidores da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79, de 27.06.91, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 279/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 39/91, que reajusta em sessenta e seis por cento (66%), a Tabela de Salários dos Servidores da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar, nada encontramos que obste a tramitação normal da referida matéria por esta Casa.

Sendo assim, esta relatoria opina favoravelmente à aprovação do projeto, estando o mesmo em condição de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
NELSON JUSTUS - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 1656, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente sobre que temas são esses Projetos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Créditos extraordinários. Aprova crédito suplementar de trezentos e cinquenta milhões ao Poder Executivo e três milhões para a Secretaria de Educação. Está Aprovado.

Requerimento de n° 1657, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Rejeitado.

A Mesa informa aos Senhores Deputados que determinou o pagamento das referidas ajuda de custo por ser constitucional, segundo o Artigo 62 do Regimento Interno. Considera-se essa ajuda de custo à compensação financeira imprescindíveis ao comparecimento na Sessão Legislativa Ordinária ou a Sessão decorrente da convocação extraordinária, e comunica também, a Mesa, que esta Presidência já recebeu a ajuda de custo.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente não dispomos de nababesca verba para divulgar pelo Paraná uma versão que não corresponde aos fatos através da grande imprensa. Li na "Folha de Londrina", do dia 29/06, em que o Governador do Estado acusa dentre outros Deputados, a Bancada do Partido dos Trabalhadores e nos responsabiliza pela convocação da Assembléia em período extraordinário. Vai mais além, diz que a Bancada do Partido dos Trabalhadores procurou adiar as discussões para provocar essa convocação e com isso embolsar o "Jeton" referente à convocação e desconvocação. Todos nós sabemos perfeitamente que essa manobra foi denunciada aqui nessa Casa pela Bancada do Partido dos Trabalhadores. É lamentável que o Governador está extremamente mal informado ou está mal intencionado. São as duas conclusões que nós chegamos. E pior, mente para opinião pública, o Deputado Rafael Greca já disse muito bem aqui, quem tem em mãos as Mensagens do Governador do Estado enviadas para a votação agora nesse período extraordinário, percebe que tiveram Mensagens enviadas no dia 28 de junho, Mensagens enviadas dia 1° de julho, por-

tanto, dia 1° de julho sequer esta Assembléia estava em período ordinário de trabalho, foram enviadas após o ~~recesso~~ parlamentar. O que demonstra efetivamente que o Governador ou não lembra ou não sabe o que assinou nas Mensagens que enviou a esta Casa. Quem provocou a convocação extraordinária, nós sabemos muito bem, foi o próprio Governador do Estado que tem como objetivo principal passar o projeto de autarquização na calada da noite, empurrar esse projeto goela abaixo desse Poder sem discussão nenhuma, porque, quando nós estamos fazendo o debate dessa matéria, muitos percebem que este projeto não é sério e não se sustenta. Então, é fundamental o que o Governo do Estado, na sua visão, impeça a mobilização dos setores organizados do Estado, para que nós pudéssemos derrubar este projeto, a partir do mês de agosto. Mais do que isto, o bom senso determina que um projeto com a amplitude que este projeto tem, as modificações profundas que dará às organizações dessas Fundações devem obrigatoriamente ser submetidas ao crivo de uma discussão profunda e, o bom senso indica que o melhor caminho efetivamente, é o do diálogo, da negociação, da discussão exaustiva dessa matéria, o que nós certamente não faremos aqui em três ou quatro dias.

Todavia, Sr. Presidente, fomos acusados de querer embolsar e manobrar, como se três ou quatro Deputados pudessem segurar o rolo compressor da Bancada do Governador; fomos acusados de provocar essa convocação extraordinária da Assembléia Legislativa do Paraná, apenas para embolsar as verbas extraordinárias também. Nesse sentido, nós estamos aqui para colocar a verdade no seu devido lugar, apresentando à Mesa um requerimento, que, temos certeza, será aprovado por unanimidade pela Bancada majoritária que apóia o Governo do Estado, no sentido de que os Deputados não mais recebam essas verbas extraordinárias; e esse dinheiro que o Estado economizará, estamos sugerindo ao Sr. Governador do Estado, que ao mesmo tempo em que nós abrimos mão de receber essa verba extraordinária, este mesmo recurso seja aplicado para dar um reajuste salarial e condigno aos funcionários do ITCF, que hoje sabemos até fome estão passando.

Então, Sr. Presidente, para que o povo do Paraná saiba quem é quem, para que a verdade prevaleça sobre as versões, nós apresentamos este requerimento, e, fazendo as contas Sr. Presidente, os votos que eu vislumbro na Bancada do Governo, com mais os votos da Bancada do PT, nós teremos uma aprovação tranqüila desse requerimento. E Vossa Excelência nos disse que, alguns Deputados já receberam essa verba; é verdade, é constitucional, é permitida, mas,

nós sabemos também que, é possível uma posterior dedução. Aqueles que já receberam e gastaram, e depois podem perfeitamente aceitar e concordar com a dedução, nos seus vencimentos que receberão agora, dia 15 de julho.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, nós estamos aqui solicitando à Bancada do Governo, até porque, nós parece que o Governador, a contragosto está pagando este "jeton" extraordinário, que, segundo ele, faz tanta falta, ao Estado do Paraná, então nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores estamos contribuindo com o Governo do Estado, e estamos abrindo mão desta verba, e temos certeza que os demais Pares também o farão, e em especial a Bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, que registre o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Deputado Paulo Maia, Deputada Emília Belinati, Deputado Rafael Greca.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito de Vossa Excelência de que, a Mesa posteriormente confirme aos Deputados, os Deputados que votaram favorável ao requerimento, se receberão a convocação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão registrados os votos contrários e está...

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, pela ordem.

Um Deputado que está ausente da sessão, recebe a presente verba mesmo não se fazendo presente em nenhuma das sessões, ou em alguma só, ou terão descontos dessa ausência nesses dias?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputado faltosos não receberão o "jeton".

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com muito prazer nós gostaríamos de registrar a presença de um grupo de estudantes da Escola Estadual Ermelino

de Leão, do Bairro da Boa Vista, estudantes do 6º e 8º períodos, que se encontram neste Parlamento, acompanhados do Professor Maciel.

A presença deles é uma honra muito grande para nós nesta tarde.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, para dois registros rápidos.

O primeiro é para comunicar à Casa em cima de um pronunciamento que fiz dias atrás, quando apelava ao Governador Roberto Requião e ao Secretário Homero Oguido do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que agilizasse o processo de liberação do PEDU da Cidade de Londrina e no dia de ontem, Sr. Presidente, no Palácio Iguaçu, presentes o Governador Roberto Requião, o Prefeito Antonio Belinati, este Deputado, Secretário Homero Oguido, Deputado Severino Félix Pessoa foi assinado o contrato, o convênio de financiamento entre o Governo do Estado, Bird e a Prefeitura de Londrina.

Poucos dias se passaram do apelo que fizemos desta tribuna para agilização do referido convênio. Eu dizia na oportunidade e fui inclusive contestado por um colega que não está presente, por isso deixo de declinar o seu nome, por uma questão até de ética, que esta nossa postura de não discriminar municípios cujos Prefeitos trabalharam para outros candidatos na eleição de Governador. Era exatamente a marca do Governo Roberto Requião e ontem pela manhã nós tivemos a grata satisfação de assinar a primeira etapa do PEDU para a cidade de Londrina, repassando entre a parte do Governo do Estado e do Bird, trezentos e vinte e sete milhões de cruzeiros, para que o Município de Londrina, a atual administração aplique estes recursos nas obras descritas no projeto apresentado à Secretaria de Desenvolvimento. São obras de extrema significação para Londrina, como dizia naquela oportunidade. A Prefeitura é que estabeleceu, que priorizou essas obras e estes recursos desta primeira etapa do PEDU/90, serão, como disse, aplicados em obras de pavimentação asfáltica, infra-estrutura urbana, galerias fluviais e meio-fio em bairros sobretudo da periferia, em avenidas, em ruas que estão hoje estrangulando o crescimento da cidade de Londrina.

Nesse sentido, gostaria de registrar as declarações do Prefeito Antonio Belinati a respeito dessa postura do Governo Ro-

berto Requião.

Para o Prefeito Antonio Belinati, esses recursos chegaram numa hora, numa boa hora e sem o apoio do Estado, a Prefeitura não teria como atender à solicitação dos moradores dos bairros que serão beneficiados com essas obras.

Diz mais Sua Excelência, acha que é hora de esquecer as diferenças e o confronto eleitoral e somar forças em favor do Estado.

Disse também o Governador Roberto Requião, que o povo não tem partido e que Londrina está acima de partidos políticos e de interesses eleitorais e que por esta razão, ele estava assinando este contrato com Londrina, deixando de lado as questões eleitorais ou políticas e voltando as suas atenções para os maiores e mais elevados interesses da população.

Esta é a forma como o Governo do PMDB pretende se conduzir nestes anos no Estado do Paraná. O que é de direito de um município não tenho a menor dúvida de que será repassado da maneira como foi para a cidade de Londrina.

Quero fazer um segundo registro, Sr. Presidente, caros colegas, a respeito de recente pesquisa feita no Estado do Paraná em que traz o Governo Roberto Requião como o segundo melhor Governo do Brasil. Há pouco mais de noventa dias de uma administração, sabedores que somos das dificuldades que os Governos estaduais e que o setor público vem enfrentando em razão de uma política econômica desorganizada e que se altera de quando em quando, o Governo do Paraná, apesar das dificuldades, vem se colocando de maneira elogiosa. Para mim, como representante de uma região do Estado, como membro do Partido político do Governador tenho certeza que posso falar em nome dos meus companheiros de Bancada, é realmente uma satisfação, uma grata satisfação vermos a população do Paraná aprovar a forma, o método e as propostas de Governo do Governador Roberto Requião.

Gostaria, Sr. Presidente, rapidamente, de destacar que Requião só perde por um ponto para o Governador do Ceará, Ciro Gomes, que vem sendo considerado um dos melhores Governadores do Brasil. É de se destacar também índices elevados de aprovação popular em áreas como a segurança pública. É inegável porque todas as pesquisas que tomei conhecimento ao longo da minha carreira pública, traz o setor de segurança pública um dos setores mais importantes e que mais aflige a população do nosso Estado. O Governador Requião priorizou essa área, pela primeira vez um Governador prioriza a segurança pública num Estado brasileiro.

E por esta razão, Sr. Presidente, para concluir, é que a população aprova através

de pesquisa as propostas e a metodologia adotada pelo Governador Requião na área de segurança pública com 78,3% de aprovação. No setor de habitação, sabemos das dificuldades que o Estado vem enfrentando para construir moradias para o seu povo, já que o Governo Federal não dispõe de recursos suficientes para resolver a grande demanda de moradias neste País, o Governador com apoio desta Casa, abriu crédito especial para a Cohapar, inicialmente de 2 milhões de dólares e com isto vem recebendo aprovação da população do nosso Estado, com índice de 83,7% do setor de habitação.

Destaco estas duas áreas, Sr. Presidente, porque não tenho, evidentemente, não disponho de tempo para destacar as demais, mas não poderíamos deixar também de registrar a importância que o Governador vem dando às áreas da educação e da saúde.

Por estas razões é que eu pedi a palavra, Sr. Presidente, porque no início do meu mandato há pouco mais de três meses aqui desta tribuna registrei o meu aplauso ao Governador Roberto Requião pela sua postura diante de determinadas áreas, dentre as quais essas que a população do Paraná o aplaude com índices elevados de aprovação.

Obrigado, Sr. Presidente, pela atenção e muito obrigado nobres colegas, pela paciência em me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, inscrito.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Deputado saúda a aprovação, a assinatura do convênio para o PEDU de Londrina, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Governo do Estado e a Prefeitura de Londrina. Saúda este evento como um ato administrativo normal que só teve como episódio político já consumado um único fato lamentável: a tentativa de setores da comunicação social do Palácio Iguazu de explorarem a visita do Prefeito de Londrina, ato administrativo normal, como uma capitulação diante do Governador e mais ainda, tentarem transformar o Governador, de funcionário do bem comum que é, de todos nós, os paranaenses todos, eu mesmo, e todos os outros dez milhões de paranaenses. O Governador é funcionário do bem comum. Não é dispensador de favores públicos. Tal seria se fosse monarca por direito de nascença. Eleito, ele é um funcionário do bem comum e o ato administrativo que ontem se consumou mostra a maturidade política de dois homens públicos, do Prefeito Antonio Belinati e do Sr. Governador do Estado, aliás a mesma maturi-

dade política que teve esta Assembléia em aprovar um crédito suplementar de 38 milhões de cruzeiros para a Chefia do Poder Executivo, coisa que fizemos agora há pouco, ou então de 101 milhões de cruzeiros para o IAPAR, ou então de 473 milhões de cruzeiros para a Segurança Pública, ou então de 7 bilhões e 800 milhões para a Educação. Aliás, será que amanhã os jornais, instigados por algum dos assessores do Palácio Iguaçu, dirão que o Governador veio de chapéu na mão à Assembléia tirar o chapéu para os Deputados? Certamente não farão isso. No entanto, deselegantemente isso fez com o Prefeito Antonio Belinati quando ele, de fato e de direito, foi ao Palácio fazer o bem comum, aliás função jurada por ele eleito e pelo Governador eleito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia para quinta-feira a apreciação do Projeto de Lei n° 215/91, que transforma em autarquias todas as fundações criadas por leis estaduais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 249, 269, 272, 274, 277, 278 e 279/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 270, 271, 275, 276, 284 e 285/91.

Levanta-se a sessão.